

ESPAÇOS LIVRES “ESQUECIDOS” E GRUPOS SOCIAIS “OMITIDOS”

HARDT, Letícia Peret Antunes; ^{a*} HARDT, Carlos; ^b HARDT, Marlos; ^c

(a) Doutora em Engenharia Florestal. Professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba (PR), Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-6661-0050>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/0732134873966902>

(b) Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba (PR), Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2240-3436>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/5024605265137208>

(c) Mestre em Gestão Urbana. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba (PR), Brasil. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4374-0653>. CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3478534420625652>

(*) CORRESPONDING AUTHOR

Address: PUC/PR - Rua Imaculada Conceição, 1155, CEP: 80215901, Curitiba (PR), Brasil. Tel (+ 55 41) 32712623

E-mail: l.hardt@pucpr.br

RESUMO

Espaços livres restam, por inúmeras razões, “esquecidos” das dinâmicas funcionais das cidades. Nesse cenário, o objetivo central deste estudo consiste em analisar experiências de uso e apropriação desses locais, consideradas as referências teóricas pertinentes ao enfrentamento da problemática do seu paulatino “esquecimento”. Para tanto, partiu-se da interpretação de exemplos empíricos – cinco capitais de estados brasileiros em diferentes regiões geográficas, inserções urbanísticas, condições econômicas e funções locais não originais. Os resultados alcançados conduzem à compreensão dos problemas preconizados em diferenciados posicionamentos na malha urbanizada e à percepção de alternativas de mitigação da vulnerabilidade social de grupos de risco, especialmente crianças e adolescentes expostos a substâncias psicoativas. A apropriação espacial compartilhada, com espacialidades, temporalidades e funcionalidades relacionadas ao senso de coletividade e ao discernimento da cidadania, oferece possibilidades para esses indivíduos não permanecerem “omitidos” e “omissos” naquele debate.

Palavras chaves: Espaços urbanos; Riscos sociais; Experiências empíricas; Metrópoles brasileiras.

ABSTRACT / RESUMEN

“FORGOTTEN” OPEN SPACES AND “OMITTED” SOCIAL GROUPS

For many reasons, open spaces remain “forgotten” in the functional dynamics of cities. In this scenario, the main objective of this study is to analyze experiences of the use and appropriation of these places, considering the theoretical references pertinent to facing the problem of their gradual “forgetfulness”. In order to do so, the work starts with the interpretation of empirical examples: five Brazilian state capitals in different geographic regions, urban insertions, economic conditions and non-original local functions. The results obtained lead to an understanding of the problems posed in differentiated positions in the urbanized network and to the perception of alternatives to mitigate the social vulnerability of at-risk groups, especially children and adolescents exposed to psychoactive substances. Shared spatial appropriation, with spatialities, temporalities and functionalities related to the sense of collectivity and the discernment of citizenship, offers possibilities so that these individuals do not also remain “left out” and “omitted” in that debate.

Keywords: Urban spaces; Social risks; Empirical experiences; Brazilian metropolis.

ESPACIOS LIBRES “OLVIDADOS” Y GRUPOS SOCIALES “OMITIDOS”

Espacios libres quedan, por innumerables razones, “olvidados” de las dinámicas funcionales de las ciudades. En este escenario, el objetivo central de este estudio consiste en analizar las experiencias de uso y apropiación de esos lugares, consideradas las referencias teóricas pertinentes al enfrentamiento de la problemática de su “olvido” gradual. Para tanto, se partió de la interpretación de ejemplos empíricos - cinco capitales de estados brasileños en diferentes regiones geográficas, inserciones urbanísticas, condiciones económicas y funciones locales no originales. Los resultados alcanzados conducen a la comprensión de la distribución de los problemas preconizados en diferenciados posicionamientos en la malha urbanizada y a la percepción de alternativas de mitigación de la vulnerabilidad social de grupos de riesgo, especialmente niños y adolescentes expuestos a sustancias psicoactivas. La apropiación espacial compartida, con espacialidades, temporalidades y funcionalidades relacionadas al sentido de colectividad y al discernimiento de la ciudadanía, ofrece posibilidades para que esos individuos tampoco permanezcan “omitidos” y “omissos” en aquel debate.

Palabras-clave: Espacios urbanos; Riesgos sociales; Experiencias empíricas; Metrópolis brasileñas.

Article history:

Received 28 August, 2018
Accepted 21 November, 2018
Publisher 15 December, 2018

INTRODUÇÃO

Não obstante as dificuldades inerentes aos debates sobre planejamento e urbanismo (ULTRA-MARI, 2009), ao qual poderiam ainda ser associadas discussões acerca do desenho urbano e da gestão urbanística, há que se atentar para o fato de que, independente da opção epistemológica, seus “objetos” compreendem ambientes construídos que abrigam “relações” sociais, econômicas e institucionais invariavelmente não restritas aos seus próprios limites. Com a acentuação do fenômeno da urbanização, esses “fixos” e “fluxos” têm sido progressivamente alterados (SANTOS, 2008).

Enquanto o planejamento pode ser considerado como um processo integrado e permanente de organização da cidade, o urbanismo compreende um conjunto de práticas contínuas para a sua modificação (SECCHI, 2017); ambos, geralmente, assumem caráter mais estratégico. De outra maneira, com feição preponderantemente tática, o desenho urbano é mais afeto à composição físico-espacial (CUTHBERT, 2010), ao passo que a gestão trata, primordialmente, de aspectos gerenciais e administrativos do meio urbanizado. Em síntese, porém, todos os termos encerram fortes interações multidisciplinares.

Lefebvre (2006[1974]) interpreta a cidade como conformação territorial – real – do ambiente construído, ao qual é atrelado o fenômeno social, econômico e institucional – abstrato – do processo de urbanização, que invariavelmente ultrapassa as fronteiras daquele meio. Santos (2008) conceitua o espaço urbano como resultado híbrido entre materialidade e sociedade. Sua expressão visual é entendida como paisagem, formada pela interação de elementos naturais e culturais ao longo do tempo (MAZZONI, 2014; MUÑOZ-PEDREROS, 2017).

Corrêa (2002) destaca a importância da formação de territórios, ou seja, áreas delimitadas pela apropriação de determinado grupo ou indivíduo, gerando sensações coletivas e pessoais de pertencimento socioespacial. Contudo, Raffestin (1993[1980]) alerta que o espaço é anterior ao território, pois este é formado a partir daquele pelo fenômeno da sua territorialização pelos atores envolvidos. No âmbito deste estudo, o seu adjetivo “socializado” reforça as inter-relações sociais, inclusive dos cidadãos com os lugares.

A paisagem urbana é resultante de acúmulo de vários tempos vividos. Seus espaços componentes – construídos ou livres de edificações – formam um conjunto indissociável, com estes últimos constituindo, em grande parte, lugares de socialização. Lamas (2014) considera essa construção de cenários humanizados como patrimônio coletivo; portanto, os cidadãos – e a própria sociedade – têm o direito de viver em ambientes esteticamente qualificados, com ordenamento do território para defesa e preservação do meio.

Queiroga (2011, p.27) explica que os espaços livres urbanos são aqueles descobertos, “vegetados ou pavimentados, públicos ou privados, [...] independentemente de sua dimensão, qualificação estética, funcional e fundiária”. Como exemplos, podem ser citados: ruas, praças, largos, parques, jardins, quintais e pátios, dentre muitos outros (MENDONÇA, 2007). Quando desfuncionalizados, podem ser caracterizados como “vazios”, comuns em processos acelerados de urbanização, nos quais as “cidades são feitas e refeitas” (HARVEY, 2014, p.30).

Nesse contexto, a problemática do presente estudo reside na conjuntura de que, no Brasil, alguns espaços livres urbanos tradicionalmente caracterizados como locais de convívio restam, por inumeráveis razões, “esquecidos” da dinâmica funcional. Outros, porém, são substituídos por novas conformações socioespaciais. Assim, suas paisagens são consequências de experiências momentâneas da sociedade (LOBODA; ANGELIS, 2005).

De maneira geral, as cidades brasileiras são planejadas sem a efetiva participação de determinados atores, reforçando a sua marginalização espacial e a sua segregação social (DIAS; FERREIRA, 2015), com ampliação dos níveis de vulnerabilidade socioambiental. Nessas circunstâncias, Sierra e Mesquita (2006) citam que crianças e adolescentes têm personalidades e comportamentos mais

vulneráveis ao envolvimento com drogas, além de outros fatores de risco. Vale ressaltar, então, as possibilidades de reforço de funções para espaços urbanos públicos, como atividades físicas e práticas socioculturais promotoras de novos interesses para dependentes químicos, inclusive suscitando determinados níveis de competição com substâncias psicoativas.

Face ao anteriormente exposto, o objetivo precípua do presente artigo consiste em analisar experiências de uso e apropriação de determinados espaços livres urbanos, consideradas as referências teóricas pertinentes ao enfrentamento da problemática do seu paulatino “esquecimento”. De maneira complementar a pesquisa de escopo mais amplo, buscaram-se alternativas para mitigação da crescente vulnerabilidade de alguns grupos de risco, com ênfase em crianças e adolescentes sujeitos ao consumo de substâncias psicoativas. Esses intuitos centrais foram investigados a partir dos processos a seguir detalhados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estrutura da pesquisa foi embasada em métodos exploratórios, descritivos e analíticos, iniciando com a interpretação de experiências empíricas, sendo selecionados cinco exemplos em capitais de estados brasileiros – por sua representatividade na rede urbana nacional – em diferentes regiões geográficas – por seus variados padrões socioambientais e aspectos histórico-culturais. Também foram consideradas três tipologias de áreas urbanizadas – centrais, intermediárias e periféricas – associadas a diferenciadas condições econômicas e com distintas funções não originais nos espaços livres estudados (Figura 1 e Tabela 1).



Figura 1 - Imagem aérea de localização das áreas urbanas das experiências empíricas estudadas segundo regiões geográficas brasileiras

Fonte: Elaborada com base em Google Earth (2018) e em IBGE (2015).

Tabela 1 - Características gerais das experiências empíricas estudadas

Cidade / Estado	Região geográfica	Categoria urbana nacional	Área (km ²) *	População urbana [total] (hab.) *	Tipologia espacial	Inserção urbana	Função não original
Teresina / Piauí	Nordeste	4	6.502	799.186 [850.198]	Vazios urbanos	Periférica / intermediária	Produção primária
Macapá / Amapá	Norte	5	1.392	450.971 [474.706]	Praça	Periférica	Integração sociocultural
São Paulo / São Paulo	Sudeste	1	1.521	11.985.851 [12.106.920]	Praça	Intermediária	Educação ambiental
Brasília / Distrito Federal	Centro-Oeste	2	5.780	2.917.866 [3.039.444]	Largo	Central	Comercialização permanente
Curitiba / Paraná	Sul	3	435	1.908.359 [1.908.359]	Largo / rua	Central	Comercialização periódica

Fonte: Elaborada com base em critérios de seleção por diversidade regional, intraurbana e funcional.

Notas: * = baseadas em IBGE (2017); 1 = metrópole com população urbana superior a 5.000.000 hab; 2 = metrópole com população urbana entre 2.500.000 e 5.000.000 hab; 3 = metrópole com população urbana entre 1.000.000 e 2.500.000 hab; 4 = metrópole com população urbana entre 500.000 e 1.000.000 hab.; 5 = metrópole com população urbana inferior a 500.000 hab.

Esta etapa foi vinculada a visitas técnicas programadas às cidades capitais, no período de 2014 a 2017. Ocasionalmente, também foram efetivadas consultas livres a técnicos relacionados à administração dos locais visitados e a indivíduos envolvidos com formas não originais de apropriação de determinados espaços abertos dessas metrópoles.

Paralelamente, o debate das experiências anteriores foi baseado na análise de conteúdo de referências teóricas a partir de resultados de prévia análise bibliométrica (OLIVEIRA; PELLIZZARO, 2014), efetivada nos contextos internacional e nacional. Visando ao levantamento qualitativo dos estudos desenvolvidos pela comunidade científica sobre temas de interesse, publicados em periódicos e anais de eventos, dentre outras fontes, esta técnica permite a identificação de comportamentos por meio de mapeamento de autores e instituições atuantes nas áreas de conhecimento envolvidas (FERREIRA, 2010).

Em âmbito mundial, foi adotado o SCImago Journal Ranking (SJR, 2013) e o conjunto de documentos publicados entre 2000 e 2013 (OLIVEIRA; PELLIZZARO, 2014). Este recorte temporal é adequado à investigação em tela pela realização das visitas técnicas às experiências empíricas justamente nos anos subsequentes. Entre os dez periódicos melhor posicionados naquele ranqueamento, especificamente no campo do planejamento urbano e regional, aquele estudo destacou a revista *Urban Studies* (SAGE, 2013). Apesar de ocupar à época a sexta posição, foi a que apresentou o maior número de artigos (192 – 28,7% do total) relacionados aos termos de busca (public spaces – espaços públicos; environmental and social vulnerability – vulnerabilidade socioambiental; urban open spaces – espaços abertos urbanos; e drugs – drogas, além de seus derivados e correlatos) (OLIVEIRA; PELLIZZARO, 2014).

No cenário brasileiro, foram buscados os mesmos termos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2013), o qual disponibiliza, desde o ano de 2000, parte relevante da produção científica do país, sendo adotado, assim, o mesmo recorte temporal. Desta feita, foram encontrados apenas 63 artigos, em proporção significativamente inferior (32,8%) à situação estrangeira (OLIVEIRA; PELLIZZARO, 2014). A sinopse dos principais resultados bibliométricos é exposta na Figura 2, pela qual é possível constatar a significativa preocupação com a vulnerabilidade socioambiental (39,3% e 46,0% dos textos internacionais e nacionais, respectivamente) e a expressiva relação entre espaços públicos urbanos e drogas (48,9% e 50,8% dos artigos estrangeiros e brasileiros, nessa ordem).

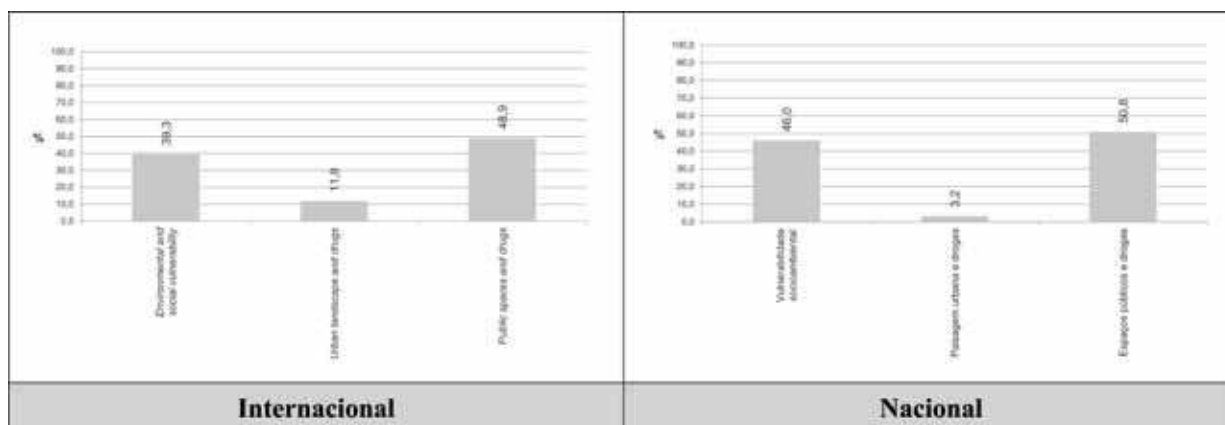


Figura 2 - Gráficos de proporcionalidade de artigos pesquisados na revista internacional (esquerda) e no portal nacional de periódicos (direita) – 2000 a 2013

Fonte: Elaborada com base em Oliveira e Pellizzaro (2014).

O recorte final de seleção das principais referências teóricas para a discussão das experiências empíricas ora estudadas ocorreu segundo seu maior grau de aderência com a temática da presente investigação, com ênfase na abordagem de crianças e adolescentes para vinculação com pesquisa de maior amplitude. Segundo a legislação brasileira (BRASIL, 1990), a infância engloba pessoas de zero a oito anos de idade, enquanto a adolescência comporta indivíduos de doze a dezoito.

Destaca-se que são citadas nas próximas seções deste artigo apenas as fontes selecionadas mais oportunas ao debate – internacionais (ANDRES, 2013; BEAZLEY, 2002; BLERK, 2013; BROWN, 2013; CRAWFORD; BELL, 2012; PICKERING; KINTREA; BANNISTER, 2012; ROSADO, 2008) e nacionais (ALVES et al., 2010; COTRIM; BICHARA, 2013; CRUZ, 2011; GONZALES; GUARESCHI, 2008; MELO; BARROS; ALMEIDA, 2011). Todavia, outras foram também adicionadas com vistas ao aprofundamento da discussão, especialmente no item referente à análise relacional, que confronta os aspectos teóricos e práticos mais relevantes à crítica dos assuntos abordados. Os resultados da aplicação desse conjunto de procedimentos são adiante retratados, em conformidade com as novas funcionalidades de cada experiência empírica..

PRODUÇÃO PRIMÁRIA

Este exemplo envolve a longa experiência do Programa de Hortas Comunitárias, iniciado em Teresina, Piauí (Região Nordeste), em meados dos anos 1980. À época, a Prefeitura Municipal, buscando melhorar as condições de crianças carentes da periferia da cidade, proporcionou possibilidades para o desenvolvimento de atividades voltadas à sua profissionalização, implantando, então, os quatro primeiros experimentos (PMT, 2000).

Segundo informações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural (SMDR, 2017), o programa foi reformatado para um modelo que ainda é a base das hortas remanescentes no final da década de 1990 (MONTEIRO; MONTEIRO, 2006). Uma das suas principais metas é a utilização de áreas não ocupadas, ou seja, “esquecidas” da dinâmica urbanística e que impactam negativamente a comunidade do entorno. Com o desenvolvimento de horticultura por grupos familiares da própria região, propicia-se, de um lado, a geração de oportunidades de ocupação com agregação de renda desses cidadãos e, de outro, a prevenção da continuidade de ações marginais geradoras de insegurança e incômodos (PMT, 2000), algumas das quais cooptam crianças e adolescentes para o contato com substâncias psicoativas.

Com o desenvolvimento do projeto, ocorreu o envolvimento das famílias, principalmente pelo alto índice de desemprego identificado no município naquele tempo. Assim, o foco do programa envolveu preferencialmente assentamentos carentes da periferia. As hortas comunitárias passaram, então, a influenciar a qualidade da alimentação daquela população e a gerar trabalho e renda. Além

disso, contribuem de maneira efetiva para o aumento da oferta de hortaliças, o que reflete na diminuição do consumo de importados de outros estados (SMDR, 2017).

Em meados dos anos 2000, Teresina contava com 50 hortas comunitárias na área urbana, correspondentes a pouco mais de 175 hectares, com 86% do tipo “convencional”, ou seja, com poços tubulares, irrigação manual e reduzidas extensões, sendo seus plantios essencialmente voltados a temperos e verduras. Os restantes 14% eram da tipologia “campo agrícola”, com emprego de águas superficiais de cursos e corpos d’água em sistemas mais desenvolvidos de irrigação, inclusive com utilização de aspersores, resultando em culturas um pouco mais diversificadas. O município também possuía 10 hortas na zona rural, compreendendo quase 40 hectares, sendo 30% da primeira categoria e as demais da segunda (MONTEIRO; MONTEIRO, 2006).

O maior conjunto habitacional da capital piauiense – Dirceu Arcoverde – foi escolhido para dar início ao projeto, com seus primeiros recursos originários da Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM). As áreas de implantação também contribuíram a segurança do bairro, pois várias hortas foram instaladas sob redes de alta tensão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), envolvendo locais com elevado risco para a construção de moradias. Também alojadas em áreas de preservação permanente ao longo de rios, impedem a ocupação indevida desses espaços. Após o período experimental, as hortas apresentaram resultados positivos, cumprindo satisfatoriamente os seus objetivos iniciais. Com a ampliação do seu número, a atividade se tornou predominantemente familiar, pois cerca de 68% do trabalho dos horticultores é particionado com filhos e cônjuges, com pouco mais de 31% sem a participação de familiares e menos de 1% com emprego esporádico de terceiros (MONTEIRO; MONTEIRO, 2006).

A visita técnica programada pela presente pesquisa foi realizada em três das mais importantes e exitosas experiências dessa tipologia de produção primária em Teresina (Figura 3), cada qual aproveitando espaços disponíveis por variadas razões. A Horta Comunitária da Vila São Francisco Norte, localizada na porção norte da cidade, compreende uma quadra urbana, circundada por residências (Figura 3 – vista esquerda), sendo avizinhada por um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). As características originais da área correspondem a um remanescente do processo de urbanização inserido no tecido urbanizado, reservado, a princípio, para futura praça.

Na mesma região, existem outros exemplos de hortas comunitárias, dentre as quais a do Moçambinho também foi objeto de visita técnica (Figura 3 – vista central). Uma das suas feições essenciais é a sua conformação por terrenos marginais ao Rio Poti, posicionados na grande várzea (próximas às faixas de preservação permanente), cujo solo, pela influência fluvial, é de boa fertilidade natural (SMDR, 2017); essas glebas são sobras espaciais encravadas entre a via de acesso e o curso d’água.

Como antes comentado, outra classe de área subocupada otimizada pelo projeto em Teresina é a originária de faixas de domínio de redes de alta tensão que cortam a malha urbanizada. No caso da Horta Comunitária do Grande Dirceu (Figura 3 – vista direita), são extensões de terra de pouco menos de 100 metros de largura, situadas na porção sudeste da cidade, com seu entorno abrigando ocupações pouco mais densas do que nos casos anteriores. Em depoimento específico de uma das beneficiárias, horticultora há mais de 25 anos no programa, que, além de cultivar, comercializa parte de sua produção no próprio local, há menção, como grandes vantagens do projeto, à sua localização geográfica – junto de potenciais compradores – e à oportunidade de ocupação dos seus filhos, evitando que os mesmos fiquem ociosos e expostos a traficantes e usuários de drogas. Há que se ressaltar que esses seus descendentes passaram todo o início das suas vidas desenvolvendo essas práticas agrícolas. Apesar de esse posicionamento demonstrar o grau de preocupação desses pais, moradores em ambientes de alta vulnerabilidade social, em relação ao tempo de exposição de suas crianças e jovens a atividades indesejáveis, também pode embutir eventuais substituições de horas de lazer, esporte e cultura, ou mesmo de ócio, por trabalho infantil. Há que se ressaltar, porém, os recentes esforços do Brasil com vistas a avanços significativos na eliminação da exploração econômica da infância (DOL-US, 2018).



Figura 3 – Imagem aérea e vistas de experiências empíricas de produção primária – hortas comunitárias em Teresina, Piauí (Região Nordeste)

Fontes: ¹ = elaborada com base em Google Earth (2018); ², ³, ⁴ = acervo da pesquisa (2015)

Esta experiência de hortas comunitárias comprova a possibilidade de incorporação de funções socioeconômicas em remanescentes espaciais urbanos, inclusive para o controle de grupos sociais de risco. Partindo do pressuposto da importância do local na criação da identidade social do sujei-

to e abordando referências teóricas sobre relações entre a adolescência e o seu lugar de vivência, constata-se que interesses de jovens em espaços públicos são colocados em segundo plano devido à sua inexpressiva relevância na estrutura da economia formal (PICKERING; KINTREA; BANISTER, 2012).

Todavia, a reduzida interação dessas pessoas com suas áreas de experiências cotidianas e a sua dissociação com políticas de segurança contribuem para o estabelecimento de comportamentos antissociais e de formas alternativas de territorialidades em suas coletividades (BROWN, 2013). Em muitos casos, esse último fato culmina com situações violentas em regiões periféricas, comumente observadas em bairros brasileiros, onde esses indivíduos têm poucas opções para o seu próprio desenvolvimento, ficando sujeitos a altos índices de vulnerabilidade social e a baixos graus de convívio comunitário (ALVES et al., 2010).

INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL

O Projeto Dança na Praça Macapá integra extenso conjunto de projetos culturais implementados na capital do Amapá (Região Norte) (Figura 4). Em parceria com organizações não governamentais, são desenvolvidas atividades culturais em espaços livres, principalmente praças, com envolvimento comunitário, sendo enfatizados, principalmente, aspectos de origem de povos locais, como o chamado “marabaixo”. Relacionada com eventos de devoção a santos católicos, esta manifestação congrega dança, música e canto, sendo atrelada a forte identidade social. Com acentuada ocorrência em assentamentos de populações negras, seus versos – chamados de “ladrões” – remetem ao processo de ocupação territorial da região, relatando a história daquela etnia, o que possibilita contínua transmissão da memória entre gerações (MORIM, 2018).

Segundo informações da Secretaria de Estado do Turismo do Amapá, também são valorizadas a capoeira, o banzeiro, o hip hop e o batuque, além de outras expressões artísticas, com vários estilos musicais (SETUR-AP, 2017). Com prévio reconhecimento dos locais onde são realizados os espetáculos públicos, a visita técnica programada para a presente pesquisa coincidiu com uma das apresentações, realizada na Praça do Marco Zero por ocasião do evento denominado “Equinócio das Águas”, coordenado por aquele órgão nessa região periférica da capital amapaense. Em um local edificado, foi organizada uma exposição orientada por acadêmicos, sendo desmistificados aspectos inerentes ao significado do fenômeno astronômico e dos sentidos horário ou anti-horário de escoamento do fluxo hídrico nos hemisférios terrestres (Figura 4 – vista esquerda).

Para celebrar o exato momento do equinócio, foram realizadas, na área aberta da praça, apresentações musicais de vários estilos. Esses acontecimentos foram organizados por diversos grupos populares, com manifestações fortemente vinculadas às comunidades locais, como a capoeira e a dança do marabaixo (Figura 4 – vistas central e direita, respectivamente). Vale ressaltar a marcante presença de crianças e adolescentes, bem como a interação dos demais cidadãos com esses eventos. Mesmo não havendo outras exibições programadas naquela data, as atividades culturais desenvolvidas em praças têm sido fortemente apoiadas como importante meio de minimização dos riscos de subutilização dos espaços abertos (SETUR-AP, 2017).

Esta experiência ressalta a necessidade de estruturas de animação cultural em áreas públicas urbanas, tanto para a prevenção da “deslembração” de espaços livres quanto para o envolvimento direto das comunidades locais, em diversas faixas etárias, sendo possível, neste exemplo, a percepção do engajamento da infância e da adolescência, como reforço ao estabelecimento de seus sentimentos de pertencimento à urbe. A população infanto-juvenil necessita de lugares próprios para o seu desenvolvimento (CRUZ, 2011), mas esses locais são praticamente inexistentes em grande parte das ocupações irregulares nas metrópoles brasileiras, por exemplo, onde é concreta a restrição espacial vivenciada, o que contribui para a sensação de exclusão social de crianças e jovens em relação à sua própria cidade.



Figura 4 – Imagem aérea e vistas de experiência empírica de integração cultural – mostra acadêmica e apresentações musicais na Praça do Marco Zero em Macapá, Amapá (Região Norte)

Fontes:¹ = elaborada com base em Google Earth (2018); ², ³, ⁴ = acervo da pesquisa (2015)

Várias pesquisas desenvolvidas por instituições nacionais e por organismos internacionais, a exemplo da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), focam a problemática da suscetibilidade da infância e da juventude associada à pobreza, à violência, à sexualidade e às drogas (GONZALES; GUARESCHI, 2008). Ao mesmo tempo, fornecem subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas de controle dessas ameaças indutoras de estratos menos favorecidos na direção da sua periferização (BLERK, 2013), coadunadas, inclusive, com ações educacionais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A experiência da Praça Victor Civita, na capital do estado de São Paulo (Região Sudeste) (Figura 5), tornou-se emblemática como exemplo de recuperação de um espaço “esquecido” da cidade, que, antes de ter sofrido essa intervenção, era subordinado a atividades degradantes e que causavam incômodos e preocupações para a comunidade da vizinhança, conformada por edificações de uso comercial, de serviços e residencial. Após a sua recuperação, a gleba passou a oferecer, ao público em geral, ampla programação cultural, esportiva, de lazer e de educação ambiental (HELM, 2011).

Com caráter inovador, a praça dispõe de palco e arquibancada para 290 pessoas, bem como de edifício do antigo incinerador Pinheiros, recuperado para a recepção de exposições e eventos. Painéis interpretativos (Figura 5 – vista esquerda) permitem a identificação dos diversos locais e equipamentos, cabendo destaque àqueles destinados à divulgação de processos de conservação hídrica e ao desenvolvimento de práticas de agricultura orgânica (Figura 5 – vistas central e direita, respectivamente), dentre outras.

O local é gerido pela Associação Amigos da Praça Victor Civita, com base em estrutura que prevê o envolvimento de empresas, de instituições públicas, de organizações do terceiro setor e da comunidade paulistana para a manutenção e realização das atividades previstas. Também denominado “Espaço Aberto da Sustentabilidade”, esse arquétipo de parceria público-privada, especialmente viabilizada entre o Instituto Abril e a Prefeitura do Município de São Paulo, tem propiciado o desenvolvimento de ações multidisciplinares para conversão de uma área degradada em um exemplo de reabilitação de espaços e de reciclagem de usos (HELM, 2011).

No processo de requalificação da praça, cabe destaque à execução das suas obras com recursos de um grupo empresarial tradicional, cujo líder lhe emprestou o nome. Outras características ainda promoveram a sua seleção como exemplo empírico desta pesquisa, em especial o seu caráter educacional – formal e informal –, que permeia as ações organizadas em seu interior, quer sejam de iniciativa privada, quer sejam de responsabilidade do poder público. Merece menção, ainda, à responsabilidade de uma organização não governamental pela promoção da integração entre os interesses da comunidade e do governo municipal, auxiliando na promoção de eventos.

A praça abriga vários acontecimentos, com ambientes e mobiliário que induzem usos tanto passivos como interativos, além de cursos de idiomas e de apresentações teatrais e musicais. Nos setores destinados à demonstração de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais com atividades produtivas, percebe-se a atenção na comunicação direta com o usuário, explicitando princípios socioambientais e reforçando o caráter educacional que tornou essa experiência um objeto de várias investigações técnicas e científicas, inclusive em função das suas soluções sustentáveis.

A gestão privada tem viabilizado a reabilitação do espaço para usos públicos, como espetáculos, exposições e cursos, tornando o empreendimento autossustentável em termos econômicos. No contexto cultural, almeja-se a catalisação de desenvolvimento comunitário e educacional, a partir do amplo acesso a programas vinculados à Arena Coberta, ao Centro da Terceira Idade, à Oficina de Educação Ambiental, aos museus da Reabilitação e da Sustentabilidade e ao Núcleo de Investigação de Solos e Águas Subterrâneas, dentre outros. Para tanto, conta com a participação de instituições como a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GTZ), o Museu de Arte de São Paulo (MASP) e o Instituto Verdescola. No âmbito ecológico, por meio de parcerias com algumas das entidades anteriores, além do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a praça oportuniza investimentos em pesquisas sobre sustentabilidade, voltadas, por exemplo, à certificação da madeira, ao laboratório de plantas, ao racionamento energético e ao uso de sistemas orgânicos para a reciclagem de água, dentre outros temas de interesse (LEVISKY; DIETZSCH, 2009).

Mesmo havendo controvérsias sobre as soluções arquitetônicas e paisagísticas adotadas no novo projeto do espaço, destacam-se os ganhos com a sua execução, não apenas em termos de re-

cuperação ambiental de um local degradado, mas, sobretudo, pelo incremento de ações de ordem educativa, resultado da integração entre interesses da comunidade local, de organizações empresariais privadas e do poder público. Visando conformar a programação da praça, foram definidas as seguintes premissas básicas: manutenção da sua vocação como modelo, foco e fórum de debates sobre sustentabilidade; oferecimento regular e gratuito de programas culturais de qualidade para diferentes públicos e faixas etárias; desenvolvimento de ações de educação ambiental, voltadas prioritariamente para crianças e adolescentes; e constituição de espaço de lazer e de ponto de encontro, com planejamento constante de atividades (HELM, 2011).

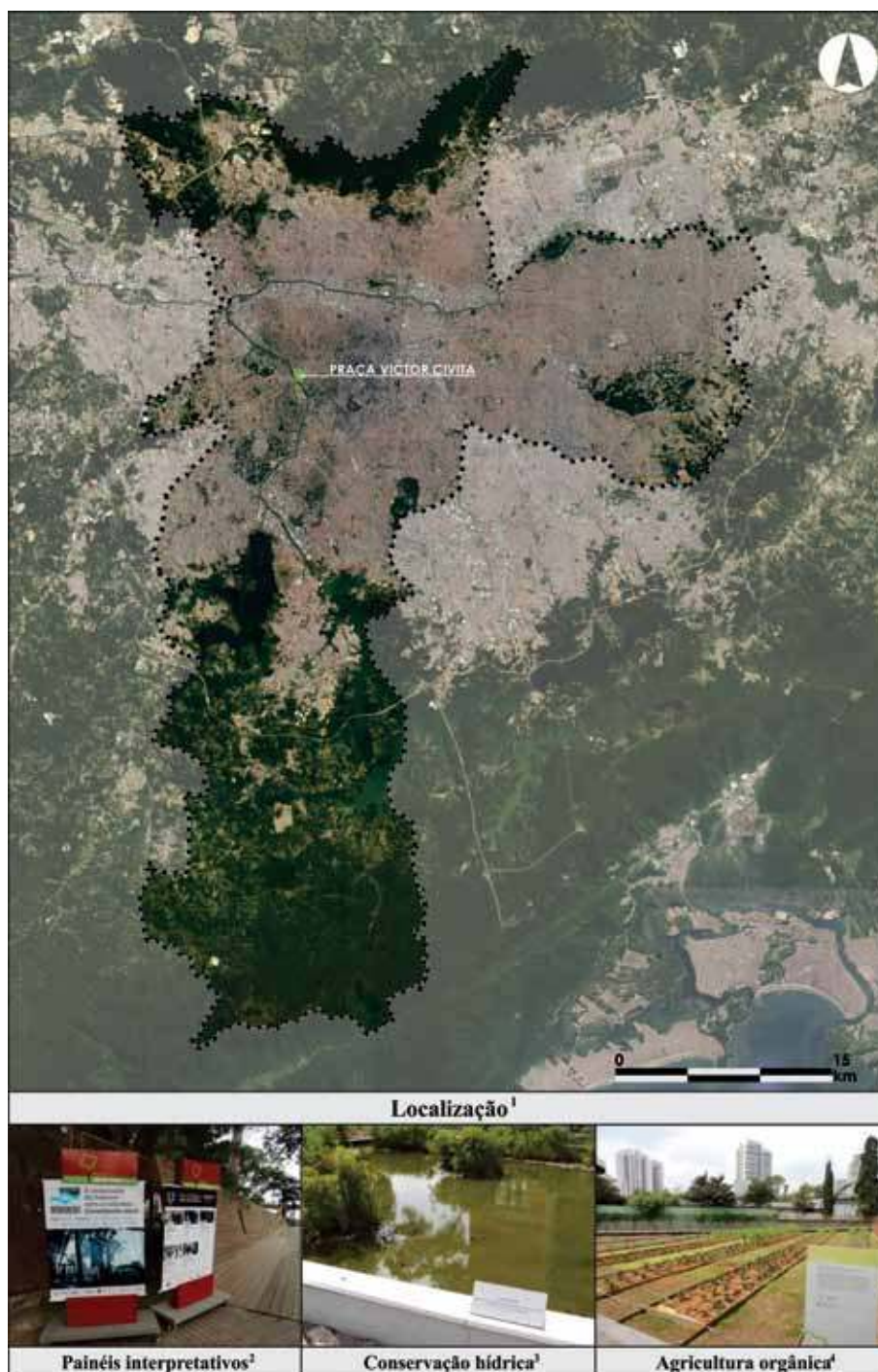


Figura 5 – Imagem aérea e vistas de experiência empírica de educação ambiental – atividades sustentáveis na Praça Victor Civita em São Paulo, São Paulo (Região Sudeste)

Fontes: ¹ = elaborada com base em Google Earth (2018); ^{2, 3, 4} = acervo da pesquisa (2014)

Portanto, esta experiência empírica revela condições para tratamento de questões voltadas a várias facetas da sustentabilidade, em um espaço livre apropriado por diversos estratos da sociedade, cabendo destaque para a educação ambiental voltada à infância e à adolescência. Esses aspectos ganham relevância diante dos processos de expansão urbana da Região Metropolitana de São Paulo, onde áreas de expressiva vulnerabilidade socioambiental comportam elevados níveis de irregularidades nos usos do solo. Nesse cenário, há significativa presença de assentamentos precários, com condições socioeconômicas preocupantemente desfavoráveis. Como corolário, depara-se com a gradativa sobreposição de problemas e com o constante agravamento de riscos (ALVES et al., 2010).

Assim, iniciativas como a concepção da Praça Victor Civita também vêm ao encontro de prementes necessidades metropolitanas, pois a conjuntura do Brasil, à semelhança de outras realidades latino-americanas, promove o desenvolvimento das cidades de maneira desigual e insustentável (CRAWFORD; BELL, 2012). Considerando as formas de ocupação dos espaços por crianças e adolescentes em áreas urbanizadas no país, bem como os meios físico e social vividos em áreas de degradação ambiental e de restrições espaciais, podem ser distinguidos dois modos de uso territorial por esses indivíduos: planejados (em parquinhos, por exemplo) e espontâneos (em locais diversos) (COTRIM; BICHARA, 2013; CRUZ, 2011).

No primeiro caso, são geralmente situados em praças e parques, nos quais, muitas vezes, é constante a falta de conservação e vigilância; no segundo, frequentemente acontecem em becos, ruas, rotatórias e áreas similares, onde há exposição a riscos, como situações violentas, atividades ilícitas, consumo de drogas, conflitos com veículos automotores e outras ameaças da contemporaneidade. Ambientes controlados como os do exemplo em questão minimizam os problemas apontados. Ademais, contribuem para a formação intelectual de crianças e jovens, na qual é fundamental o estabelecimento de padrões positivos de comportamento humano (ROSADO, 2008), otimizando suas futuras chances de inserção no mercado de trabalho.

COMERCIALIZAÇÃO PERMANENTE

Até o final dos anos 2000, a Feira de Artesanato da Torre de TV de Brasília, Distrito Federal (Região Centro-Oeste) (Figura 6), estava situada junto à base daquele marco da capital nacional, funcionando aos finais de semana desde 1970 (FATV, 2018) e servindo de suporte para atividades comerciais ligadas ao artesanato e à gastronomia, além de abrigar opções de lazer da comunidade, sendo, então, chamada de “Feira Hippie”. Hoje, um espaço específico (Figura 6 – vista esquerda) é destinado aos seus produtos (Figura 6 – vista central) e às suas instalações (Figura 6 – vista direita).

Apesar de ser gerenciada pelo Governo do Distrito Federal (GDF), também é administrada pela Associação dos Expositores, Artesãos, Artistas Plásticos e Manipuladores de Alimentos, que organiza suas atividades e associados. Atualmente, funciona quase ininterruptamente, inclusive nos feriados, possuindo aproximadamente 600 boxes. É considerada um dos polos locais de desenvolvimento de economia solidária, em razão de gerar quase 1,4 mil empregos diretos e indiretos, conformando um dos pontos mais visitados de Brasília em meados da corrente década, com média de 60 mil pessoas por mês (SELT-DF, 2017).

A relativa precariedade das instalações no seu início foi transformada em 2011 (SELT-DF, 2017), por intermédio da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, resultando em estrutura física com oferta de melhores condições, tanto ao artesão como ao visitante. Há grande desequilíbrio no fluxo de pessoas entre os dias úteis e os finais de semana, havendo, inclusive, muitos recintos que funcionam apenas quando há maior demanda. Entretanto, a existência da feira tem oportunizado a geração de atividades que auxiliam na ocupação, inclusive de adolescentes, pois há envolvimento familiar na produção e comercialização dos produtos.

Conforme testemunho de responsável por uma das barracas, teria sido possível afastar seu filho de “más companhias”. Esse fato corrobora a premissa deste estudo de que há alternativas

para a atração do interesse de crianças e adolescentes em espaços livres urbanos, inclusive com determinado nível de controle social. Os próprios jovens apontam o uso de drogas como um dos maiores responsáveis pela violência, considerando a maior intensidade de policiamento como uma importante estratégia para o enfrentamento do problema (MELO; BARROS; ALMEIDA, 2011).



Figura 6 - Imagem aérea e vistas de experiência empírica de comercialização permanente – Feira do Artesanato da Torre da TV em Brasília, Distrito Federal (Região Centro-Oeste)

Fontes: ¹ = elaborada com base em Google Earth (2018); ^{2,3,4} = acervo da pesquisa (2015)

Com base em informações de United Nations Children’s Fund (UNICEF, 2002), o maior consumo dessas substâncias é encontrado nas classes A e B, com registros de cerca de 22% e 20%, respectivamente. Esses números contradizem o senso comum de que a utilização de entorpecentes é principalmente vinculada às camadas menos favorecidas da sociedade, em especial àquelas moradores de periferias urbanas (MELO; BARROS; ALMEIDA, 2011). Portanto, o envolvimento da infância e juventude em atividades familiares rentáveis – permanentes ou provisórias – em espaços subordinados a certo grau de controle social, trazem reflexos importantes para a sua inserção comunitária, valorizando diferentes caminhos que podem ser tomados pelo processo colaborativo (ANDRES, 2013).

COMERCIALIZAÇÃO PERIÓDICA

Inserida no sistema de espaços livres de Curitiba, Paraná (Região Sul) (Figura 7), a Feira do Largo da Ordem tem a denominação oficial de “Feira de Arte e Artesanato Garibaldi” (GALANI, 2017), pela peculiaridade do significado da sua principal atividade, ou seja, o comércio de mercadorias não industrializadas, muitas delas relacionadas às artes. A diversidade de produtos artesanais

e artísticos é marcante e representa uma das suas principais expressões.

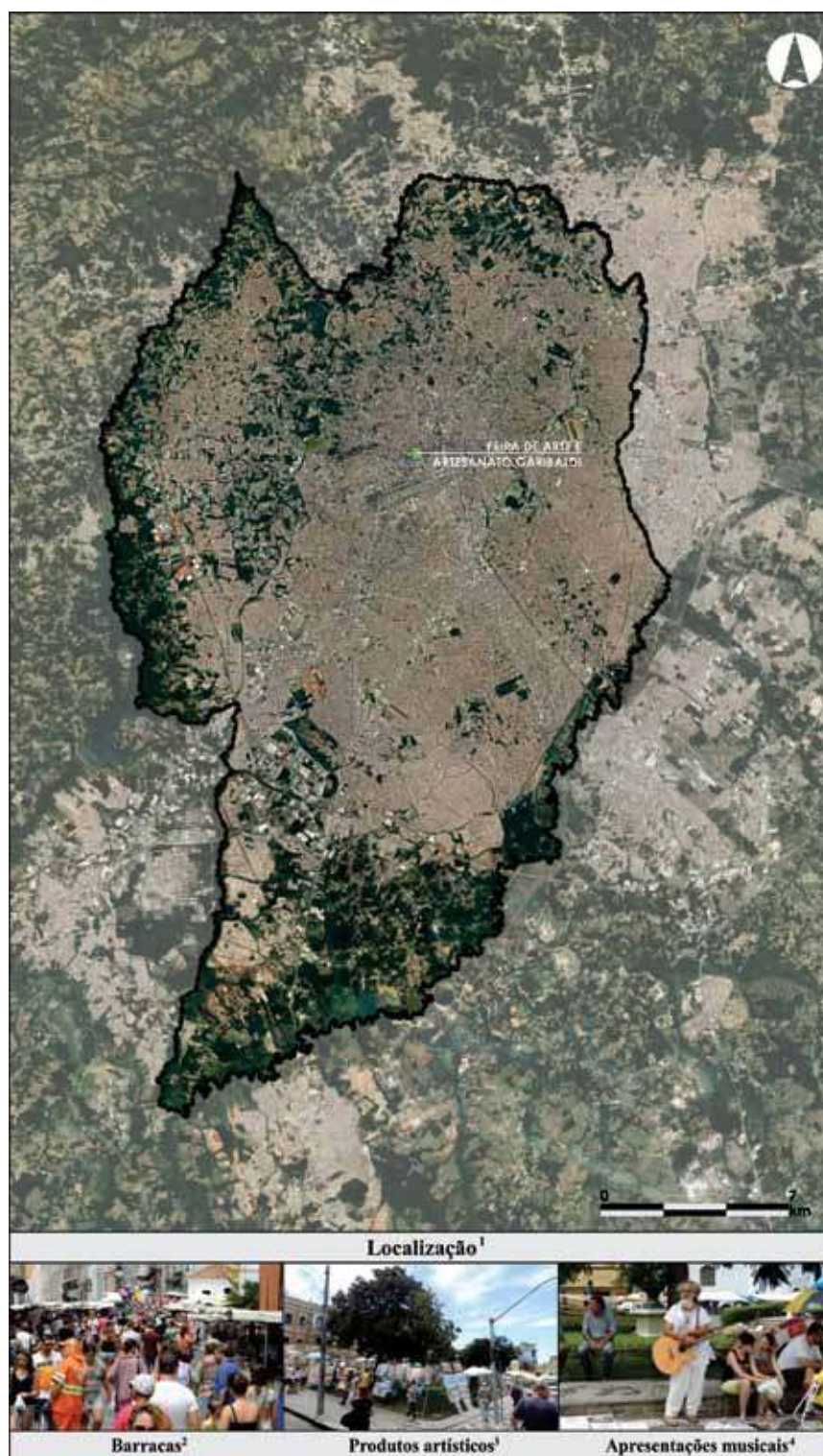


Figura 7 – Imagem aérea e vistas de experiência empírica de comercialização periódica – Feira de Arte e Artesanato Garibaldi no Largo da Ordem em Curitiba, Paraná (Região Sul)

Fontes: ¹ = elaborada com base em Google Earth (2018); ^{2,3,4} = acervo da pesquisa (2017)

Localizada no setor histórico da cidade, sua abertura foi decorrente da iniciativa independente de alguns artesãos, no início da década de 1970, razão pela qual era denominada de “Feirinha Hippie”; atualmente, seu funcionamento acontece apenas aos domingos (IMT, 2018). Segundo informações do Instituto Municipal de Turismo (IMT), entidade coadministradora, devido ao

êxito de sua experiência, o Município assumiu a sua organização, ocupando gradativamente, além do logradouro original, os espaços das próprias vias de entorno – ruas São Francisco e Kellers –, chegando, hoje, a cerca de um quilômetro de extensão (IMT, 2017). Vale mencionar, ainda, que a feira é ponto de referência na maioria dos portais que tratam de atividades turísticas relacionadas à capital paranaense.

Neste setor urbano, já configurado como atrativo turístico tradicional por abrigar o centro histórico da cidade, foi criado um novo produto para o turismo, que, em razão da sua escala e dos diferentes estratos sociais – tanto dos comerciantes quanto dos visitantes –, valoriza fortemente o comércio temporário (Figura 7 – vista esquerda); conforme testemunho de um dos feirantes, “o que era um ‘complemento’, hoje é minha fonte de renda principal”, envolvendo toda a família, inclusive crianças e adolescentes que voltam parte de suas horas vagas a ocupações lícitas.

Essas condições geraram uma dinâmica diferenciada para a região, que permite, por simples observação local, inferir a qualidade e quantidade de profissionais envolvidos, de diferentes faixas etárias. Suplementarmente, são realizadas ações correlatas, notadamente relacionadas às artes, com destaque para a música (Figura 7 – vistas central e direita, respectivamente). Assim, vários artistas se apresentam nas áreas abertas contíguas, de forma individual ou em grupos, como é o caso do Choro e Seresta, atuante há mais de 40 anos (UFPR, 2013). Para Santos (2017, p.354), “a arte é a prova privilegiada da imanência humana”.

Mesmo com a intensa circulação de pessoas e com o desenvolvimento de atividades comerciais e culturais, pode ser observada a presença de pessoas em situação de rua e de pequenos grupos de indivíduos vinculados a drogas – lícitas ou não –, os quais, a despeito de terem influência muito reduzida, permitem a percepção da importância da ocupação espacial sob os pontos de vista socio-cultural e econômico (BEAZLEY, 2002). Nessa ótica, há preocupação com questões de segurança pública, pois alguns adolescentes são tratados imperfeitamente como riscos, principalmente aqueles oriundos de comunidades pobres (BLERK, 2013).

Essa visão condiciona o direcionamento de políticas públicas à exclusão desses estratos menos favorecidos de áreas centrais e mais nobres da cidade, conduzindo-os para regiões mais periféricas. Essa diretriz foi aplicada anteriormente à Copa do Mundo de Futebol Masculino de 2010, objetivando mascarar a presença desses jovens, contribuindo, assim, para maior marginalização dessa população na África do Sul (BLERK, 2013). Durante a edição do mesmo evento no Brasil em 2014, também foram presenciados atos discriminatórios análogos..

ANÁLISE RELACIONAL

Com vistas ao objetivo de analisar experiências de uso e apropriação de espaços livres urbanos anteriormente “esquecidos”, a Figura 8 sintetiza algumas das principais convergências e contradições dos exemplos empíricos estudados. Como resposta à pesquisa de maior alcance da qual o presente trabalho é integrante, vale lembrar que a seleção desses locais também buscou interpretar o envolvimento de crianças e adolescentes, no sentido de seu potencial afastamento de substâncias psicoativas, seja pelo acompanhamento direto dos seus responsáveis, seja pelo seu desempenho de funções específicas nesses lugares. Diante das características antes descritas e ponderadas para cada um dos casos abordados, são dificultadas as avaliações de caráter exclusivamente comparativo entre esses objetos; mesmo assim, alguns aspectos relacionais e críticos merecem destaque.

Como resultado dos próprios critérios de seleção adotados, verifica-se a diversidade funcional das experiências analisadas (associação de produção primária, integração sociocultural, educação ambiental, comercialização permanente ou comercialização temporária) sob diferentes tipologias espaciais (vazio, praça, largo e rua) situadas em diferenciados posicionamentos na malha urbanizada (central, intermediário e periférico). Como esperado, todos os exemplos têm características de multifuncionalidade de usos, com ênfase no caso da Praça Victor Civita (Espaço Aberto da

Sustentabilidade, São Paulo, São Paulo, Região Sudeste), o que vem ao encontro da sua condição de inserção na maior metrópole brasileira, categorizada nos mais elevados patamares da hierarquia urbana (RIBEIRO et al., 2009), inclusive pelo seu dilatado espectro de funções urbanísticas, o que induz à própria hierarquização de lugares enunciada por Santos (2008). Em compensação, Alves et al. (2010) também indicam a majoração de situações de vulnerabilidade na sua escala intraurbana, com provável omissão de determinados grupos (CRAWFORD; BELL, 2012).

Figura 8 - Aspectos de uso e apropriação dos espaços nas experiências empíricas estudadas

Cidade / Estado / Região geográfica / Categoria urbana nacional	Função atual				Tipologia espacial	Inserção urbana			Uso	Apropriação	Observações									
	Produção primária	Integração sociocultural	Educação ambiental	Comercialização		Comercialização	Vazio urbano	Praça				Largo	Rua	Central	Intermediária	Periférica				
Teresina / Piauí / Nordeste / 4													Mediana diversidade funcional	Acesso restrito	Menor propósito de integração sociocultural					
Macapá / Amapá / Norte / 5													Efemeridade funcional	Elevada sensação de pertencimento	Maior relacionamento interpessoal					
São Paulo / São Paulo / Sudeste / 1													Ampla diversidade funcional	Acesso controlado	Mais significativa intervenção de refuncionalização					
Brasília / Distrito Federal / Centro-Oeste/ 2													Mediana diversidade funcional	Reduzida sensação de pertencimento	Maior homogeneidade de tratamento					
Curitiba /Paraná / Sul / 3													Efemeridade funcional	Mediana sensação de pertencimento	Heterogeneidade socioespacial					
												prioritária			secundária			complementar ou inexistente		

Fonte: Elaborado com base nos resultados encontrados.

Notas: 1 = metrópole com população urbana superior a 5.000.000 hab.; 2 = metrópole com população urbana entre 2.500.000 e 5.000.000 hab.; 3 = metrópole com população urbana entre 1.000.000 e 2.500.000 hab.; 4 = metrópole com população urbana entre 500.000 e 1.000.000 hab.; 5 = metrópole com população urbana inferior a 500.000 hab.

Essa experiência paulistana é resultante, dentre os exemplos estudados, da mais significativa intervenção de refuncionalização espacial, baseada em gerenciamento por parceria entre a administração governamental e a esfera produtiva. Guilhen (2014, p.5) reconhece a “relevância da participação do setor privado no desenvolvimento urbano, pois apesar da incumbência estatal, devido às limitações técnicas, administrativas e financeiras, o poder público tem encontrado obstáculos no integral cumprimento desse propósito”.

Outra situação relevante de utilização local diz respeito à “efemeridade” funcional, como nas experiências da Feira de Arte e Artesanato Garibaldi (Curitiba, Paraná, Região Sul), onde é perceptível a heterogeneidade socioespacial, e da Praça do Marco Zero (Macapá, Amapá, Região Norte). Distantes geograficamente, ambas promovem a atratividade de outros frequentadores pela transformação periódica dos seus usos, semelhantes a formas alternativas de territorialidades citadas por Brown (2013).

Essa mudança regular de funções também alarga a apropriação dos locais por diferentes estratos sociais. Este representa um dos fatores preponderantes à constituição da cidadania, incluindo crianças e jovens (GONZALES; GUARESCHI, 2008; MENDONÇA, 2007), dada a assertiva de Pickering, Kintrea e Bannister (2012) sobre a própria interferência do lugar na formação da identidade social do indivíduo. Andres (2013) salienta que o planejamento colaborativo de usos temporários em espaços diferenciais molda valores de uso, influencia a distribuição de poder e permite que ocupantes sustentem suas posições nessas áreas, gerando, por vezes, o que Beazley (2002) e Blerk (2013) denominam de “novas geografias espaciais”.

Justamente a praça de Macapá é a que permite percepção mais clara de sensação de pertencimento dos usuários, diante do seu intenso relacionamento interpessoal, com valorização de usos territoriais planejados e espontâneos, conforme citados por Cotrim e Bichara (2013) e referendados por Cruz (2011). Em posição oposta, esse sentimento de apoderamento pelos visitantes é mais reduzido na Feira de Artesanato da Torre de TV (Brasília, Distrito Federal, Região Centro-Oeste), presumivelmente pela homogeneidade de tratamento de seus espaços, sem maiores estímulos à permanência e atratividades à interação das pessoas. Nesse campo, Ferraz (2009) comenta que as opções projetuais devem considerar tanto as lógicas das relações humanas quanto a cultura das condições antropológicas, assumindo novas concepções projetivas para os lugares. Por sua vez, Rosado (2008) atenta para o fato de que os resultados desses projetos podem derivar em padrões negativos ou positivos de comportamento.

Por sua vez, o acesso restrito às áreas do Programa de Hortas Comunitárias (Teresina, Piauí, Região Nordeste), únicas no conjunto selecionado que não têm foco representativo na integração sociocultural e com acesso restrito, reduz as formas de apropriação espacial nesses locais. Embora menos excludente, situação semelhante é encontrada na Praça Victor Civita (Espaço Aberto da Sustentabilidade, São Paulo, São Paulo, Região Sudeste) devida ao controle da sua entrada. A limitação de acessibilidade não é apenas derivada de questões funcionais, mas é também baseada em manifestações de violência urbana, para as quais Melo, Barros e Almeida (2011) advertem sobre o imperativo de reflexões acerca da prevenção a partir da visibilidade do fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao anteriormente exposto, verifica-se que as funções exercidas nas experiências empíricas estudadas ocorrem às margens dos debates sobre planejamento e urbanismo, ou sobre desenho urbano e gestão de cidades, pois essas atividades não correspondem, à exceção quase exclusiva do exemplo de educação ambiental, às originalmente previstas para esses locais, inclusive em diretrizes urbanísticas emanadas do poder público, como constatado em estudo de contexto mais abrangente.

Mesmo assim, a problemática envolvendo espaços “esquecidos” e a exposição de grupos sociais de risco em áreas urbanizadas permanece em pauta no âmbito acadêmico, sem embargo da significativa redução da quantidade de estudos sobre a temática no cenário brasileiro comparativamente ao contexto internacional. Porém, vale mencionar que, ainda que relatem realidades em diferentes regiões do país, os problemas sociais e urbanos são, em parte, semelhantes nas formas de uso e apropriação espacial diagnosticadas na análise relacional dos exemplos. Guardadas as devidas proporções, as situações analisadas em outras nações também apresentam similaridades significativas em termos de espacialidades, temporalidades e funcionalidades envolvendo crianças e adolescentes sujeitos a ameaças, inclusive àquelas referentes ao contato com substâncias psicoativas.

Destarte, os procedimentos metodológicos adotados para a interpretação das experiências empíricas, bem como para a sua discussão pela sistematização de referências teóricas selecionadas, permitiram o alcance do objetivo geral da pesquisa, apesar das fontes serem metricamente restritas. Entretanto, o conjunto dos artigos selecionados produz relativa visão do contexto mundial e o seu relacionamento com os exemplos analisados.

Os cinco casos empíricos em capitais brasileiras localizadas em diferentes situações geográficas, associadas a diferenciadas posições hierárquicas na rede de cidades, a variadas condições econômicas e a distintas funções não originais desses lugares, conduzem à percepção de que os problemas focais da pesquisa têm diferenciados posicionamentos na malha urbanizada como um todo. Depreende-se, então, a possível generalização da problemática estudada tanto em áreas centrais como em regiões intermediárias e periféricas das cidades brasileiras.

Por outro lado, compreende-se que a vulnerabilidade social da infância e da juventude pode ser minimizada por soluções voltadas ao engajamento de grupos sociais de risco em espaços subutilizados (exemplo de produção primária), ao envolvimento de crianças e adolescentes como reforço a sentimentos de pertencimento à cidade (exemplo de integração sociocultural), à participação desses estratos etários no tratamento de questões socioambientais voltadas às várias vertentes da sustentabilidade (exemplo de educação ambiental) e à ampliação das possibilidades futuras das novas gerações (exemplos de comercialização permanente e periódica), desde que, indubitavelmente, não envolva complexas questões éticas relacionadas ao trabalho infantil.

Outro aspecto é pertinente aos usos efetivos e controlados de espaços livres urbanos, que podem ser protagonizados tanto pelo poder público, responsável pela gestão dessas áreas, quanto por setores sociais, devidamente autorizados pelos primeiros. Em qualquer dos casos, o pressuposto de sucesso na minimização das ameaças socioambientais é concentrado, a princípio, na utilização alternativa e diversificada desses territórios. Faz-se mister considerar, contudo, que não se trata da supressão de opções de lazer, inclusive das crianças e dos jovens, mas, inversamente, da oferta de oportunidades de ocupações diretamente vinculadas a atividades lúdicas, culturais e esportivas, dentre outras similares. Nessas circunstâncias, o amplo aproveitamento do território pela própria sociedade se torna essencial à diminuição das possibilidades de ociosidades espaciais e de práticas socialmente inapropriadas.

Por fim, resta enfatizar o imperativo da apropriação dos espaços livres urbanos – especialmente os “esquecidos” – pela infância e pela juventude, compartilhando, com outras faixas etárias e com os diversos estratos da sociedade, tanto atividades relacionadas ao senso de coletividade quanto funções referentes ao discernimento da cidadania. Dessa maneira, possibilita-se que crianças e adolescentes também não permaneçam “omitidos” – pela insuficiência de oportunidades de interação com esses locais – e “omissos” – notadamente em processos de planejamento e projetos urbanísticos, podendo ser transformados em agentes ativos na conformação de paisagens socializadas nas cidades.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da pesquisa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALVES, H. P. F.; ALVES, C. D.; PEREIRA, M. N.; MONTEIRO, A. M. V. Dinâmicas de urbanização na hiperperiferia da metrópole de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.27, n.1, p.141-159, jan./jun., 2010.
- ANDRES, L. Differential spaces, power hierarchy and collaborative planning. **Urban Studies**, v.50, n.4, p.759-775, Mar. 2013.
- BEAZLEY, H. Vagrants wearing make-up. **Urban Studies**, v.49, n.9, p.1665-1683, Aug., 2002.
- BLERK, L. van. New street geographies. **Urban Studies**, v.50, n.3, p.556-573, Feb. 2013.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente

- e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, BR, 16 jul. 1990.
- BROWN, D. M. Young people, anti-social behavior and public space. **Urban Studies**, v.50, n.3, p.538-555, Feb. 2013.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portal de Periódicos**. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 01-30 nov. 2013.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2002.
- COTRIM, G. S.; BICHARA, I. D. O brincar no ambiente urbano. **Psicologia**, v.26, n.2, p.388-395, 2013.
- CRAWFORD, C.; BELL, S. Analyzing the relationship between urban livelihoods and water infrastructure in three settlements in Cusco, Peru. **Urban Studies**, v.49, n.5, p.1045-1064, Mar. 2012.
- CRUZ, P. G. Ambiente urbano: lugar de restrição espacial e descoberta de novos espaços. **Saúde e Sociedade**, v.20, n.3, p.702-714, set. 2011.
- CUTHBERT, A. Whose urban design? **Journal of Urban Design**, v.15, n.3, p.443-448, Aug. 2010.
- DIAS, M. S.; FERREIRA, B. R. Espaços públicos e infâncias urbanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.17, n.3, p.118-133, set./dez. 2015.
- DOL-US – Department of Labor of United States. **Child labor and forced labor reports: Brazil**. Disponível em: <<https://www.dol.gov/agencies/ilab/resources/reports/child-labor/brazil>>. Acesso em: 31 maio 2018.
- FATV – Feira da Torre. **Feira da Torre de TV do Distrito Federal**. Disponível em: <<http://www.feirada-torredf.com.br/>>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- FERRAZ, M. São nossas periferias causa perdida. In: GUERRA, A.; FIALHO, R. N. **O arquiteto e a cidade contemporânea**. São Paulo, SP: Romano Guerra, 2009. p.42-45.
- FERREIRA, A. G. C. Bibliometria na avaliação de periódicos científicos. **DataGramaZero**, v.11, n.3, s.p., jun. 2010.
- GALANI, L. **Feirinha do Largo da Ordem pode se tornar patrimônio imaterial de Curitiba**. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/haus/estilo-cultura/feirinha-largo-ordem-primeiro-patrimonio-imaterial-curitiba/>>. Acesso em: 19 mar. 2018.
- GONZALES, Z. K.; GUARESCHI, N. M. de F. Discursos sobre juventude e práticas psicológicas. **Revista Latino-Americana de Ciencias Sociales**, v.6, n.2, p.463-484, jul./dic. 2008.
- GOOGLE EARTH. **Aerial images: Brazil**. 2018.
- GUILHEN, A. J. **A parceira público-privada como instrumento urbanístico**. 2014. 327f. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, São Carlos, SP, 2014.
- HARVEY, D. **Cidades rebeldes**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2014.
- HELM, J. Praça Victor Civita. **ArchDaily**, 09 dez. 2011. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/01-10294/praca-victor-civita-levisky-arquitetos-e-anna-julia-dietzsch>>. Acesso em: 19 mar. 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base digital contínua do Brasil ao milionésimo**. 2015. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/bases_cartograficas_continuas/bcim/ver-sao2014/>. Acesso em: 31 maio 2017.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- IMT – Instituto Municipal de Turismo. **Informações de técnicos sobre a Feira do Largo da Ordem**. Curitiba, PR, BR, setembro 2017.
- IMT – Instituto Municipal de Turismo. **Feira do Largo da Ordem**. Disponível em: <<http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/feira-do-largo-da-ordem/1027>>. Acesso em: 19 mar. 2018.
- LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 7.ed. Lisboa: Fund. Cal. Gulbenkian, 2014.
- LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Belo Horizonte, UFMG, 2006.
- LEVISKY, A. B.; DIETZSCH, A. J. Praça Victor Civita – Museu Aberto da Sustentabilidade. **Vitruvius**, v.09, n.106.03, out. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/09.106/2983>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

- LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. de. Áreas verdes públicas urbanas. **Ambiência**, v.1, n.1, p.125-139, jan./jun. 2005.
- MAZZONI, E. Unidades de paisaje como base para la organización y gestión territorial. **Estudios Socio-territoriales**, v.16, n.2, p.51-81, jul.-dic. 2014.
- MELO, M. C. B. de; BARROS, E. N. de; ALMEIDA, A. M. L. G. de. A representação da violência em adolescentes de escolas da rede pública de ensino do município do Jaboatão dos Guararapes. **Ciência e Saúde Coletiva**, v.16, n.10, p.4211-4221, 2011.
- MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, UERJ, ano7, n.2, 2.sem. 2007.
- MONTEIRO, J. P. do R.; MONTEIRO, M. do S. L. Hortas comunitárias de Teresina. **REVIBEC**, v.5, p.47-60, 2006.
- MORIM, J. **Marabaixo**. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=1015%3Amarabaixo&catid=48%3Aletra-m&Itemid=1>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- MUÑOZ-PEDREROS, A. El paisaje visual. **Ambiente & Sociedad**, São Paulo, v.XX, n.1, p.167-186, jan.-mar. 2017.
- OLIVEIRA, R. B. P. de; PELLIZZARO, P. C. **Modelos de referência**. PUCPR, Curitiba, PR, BR, 2014.
- PICKERING, J.; KINTREA, K.; BANNISTER, J. Invisible walls and visible youth: territoriality among young people in British cities. *Urban Studies*, Thousand Oaks. **SAGE**, v.49, n.5, p.945-960, Apr. 2012.
- PMT – Prefeitura Municipal de Teresina. **Políticas públicas e suas intervenções no nível municipal em agricultura urbana na cidade de Teresina, Piauí, Brasil. Estudo de caso**. Teresina, PI, BR, 2000.
- QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate**, v.XIX, n.21, p.25-35, jan./jun. 2011.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.
- RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.); MOURA, R.; DIAS, M. L. M. S.; DESCHAMPS, M. V.; DELGADO, P. R. **Hierarquização e identificação dos espaços urbanos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009.
- ROSADO, C. Context determines content. **Urban Studies**, v.45, n.10, p.2075-2097, Sept. 2008.
- SAGE Journals. **Urban Studies**. Disponível em: <<http://usj.sagepub.com/>>. Acesso em: 01-30 nov. 2013.
- SANTOS, D. Trabalho, cotidiano e arte. **Estudos Avançados**, v.31, n.89, p.341-359, jan./abr. 2017.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4.ed. São Paulo, EDUSP, 2008.
- SECCHI, B. **Prima lezione di urbanística**. 14th ed. Bari, IT: Laterza, 2017.
- SETUR-AP – Secretaria de Estado do Turismo do Amapá. **Informações técnicas sobre o Programa Dança na Praça**. Macapá, AP, BR, março de 2017.
- SELT-DF – Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo do Distrito Federal. **Brasília: conhecer é se surpreender**. Brasília, DF, BR: edição institucional, 2017.
- SIERRA, V. M.; MESQUITA, W. A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, v.20, n.1, p.148-155, jan./mar. 2006.
- SJR – SCImago Journal Rank. **Journal rankings**. Disponível em: <<http://www.scimagojr.com/journalrank>>. Acesso em: 01 nov. 2013.
- SMDR – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Teresina. **Informações técnicas sobre o Programa Hortas Comunitárias**. Teresina, PI, BR, março de 2017.
- UFPR – Universidade Federal do Paraná. **História do artesanato em Curitiba**. 2013. Disponível em: <<http://people.ufpr.br/~coorhis/keittytenadia/musicadolargo.html>>. Acesso em: 25 jan. 2018.
- ULTRAMARI, C. Significados do urbanismo. **Revista Pós**, São Paulo, v.16, n.25, p.166-184, jun. 2009.
- UNICEF – United Nations Children’s Fund. **A voz dos adolescentes**. Brasília: edição institucional, 2002.